

Gestão da educação a distância em Moçambique: aperfeiçoando as unidades acadêmicas a partir do perfil do estudante

Distance education management in Mozambique: Improving academic units based on the student profile

Gestión de la educación a distancia en Mozambique: mejora de las unidades académicas en función del perfil del estudiante

Aires Zarina Bonifácio Mombassa

Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, Departamento de Organização e Gestão da Educação, Maputo, Moçambique
mombassaaires@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0003-3678-2596>

Eliane Medeiros Borges

Professora Titular Faculdade de Educação /UFJF. Professora PPGE e PPGP FACED/UFJF
eliane.borges@ufjf.br | <https://orcid.org/0000-0003-0703-3991>

Resumo

Neste artigo, buscamos refletir sobre o perfil do estudante de Educação a Distância e sua relação com a gestão de unidades acadêmicas dessa modalidade de ensino, em Moçambique, com o objetivo de alertar os idealizadores e implementadores de políticas públicas sobre a importância de estruturar essas instituições com base nas características e necessidades de seu corpo discente. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, baseada na identificação, análise e reflexão dos pressupostos teóricos sobre a Educação a Distância (EaD). A partir das leituras realizadas, compreendemos o quanto as instituições de ensino devem acompanhar as dinâmicas das áreas de tecnologia, ajustando-as ao contexto de cada sociedade e, especialmente, ao seu público-alvo, o aluno. Nesse sentido, concluímos que é necessário repensar as ações de EaD nas instituições de ensino presencial moçambicanas, de modo que ela se torne, de fato, um instrumento de democratização do acesso à educação de qualidade no país.

Palavras-chave: Perfil do estudante. Educação a Distância. Moçambique.

Abstract

In this article we seek to reflect on the profile of Distance Education students and their relationship with the management of academic units of this type of teaching in Mozambique aiming to alert the creators and implementers of public policies about the importance of structuring such institutions on the characteristics and needs of their students. In methodological terms this is a bibliographical research, established in the identification, analysis and reflection of theoretical assumptions about Distance Education (DE). From the readings carried out, we came to understand the importance of educational institutions monitoring of the dynamics of technology, adjusting them to the context of each society, especially with regard to their public, the students. In this sense, we conclude that there is a need to rethink DE actions in Mozambican face-to-face education institutions so that it actually constitutes an instrument for democratizing access to quality education in the country.

Keywords: Student profile. Distance education. Mozambique.

Resumen

En este artículo buscamos reflexionar sobre el perfil de los estudiantes de Educación a Distancia y su relación con la gestión de unidades académicas de este tipo de enseñanza, en Mozambique, con el objetivo de alertar a los creadores e implementadores de políticas públicas sobre la importancia de estructurar tales instituciones en función de las características y necesidades de sus estudiantes. En términos metodológicos, se trata de una investigación bibliográfica, establecida en la identificación, análisis y reflexión de supuestos teóricos sobre la Educación a Distancia (EaD). De las

Artigo recebido em: 24/07/2024 | Aprovado em: 02/12/2024 | Publicado em: 27/12/2024

Como citar:

MOMBASSA, Aires Zarina Bonifácio; BORGES, Eliane Medeiros. Gestão da educação a distância em Moçambique: aperfeiçoando as unidades acadêmicas a partir do perfil do estudante. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 14, p. 1-15, e45357, 2024. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2024.v14.45357>.

lecturas realizadas se entiende cuánto las instituciones educativas deben monitorear la dinámica de las áreas tecnológicas, sabiendo ajustarlas al contexto de cada sociedad, especialmente en lo que respecta a su público, el estudiante. En este sentido, concluimos que es necesario repensar las acciones de EaD en las instituciones de educación presencial de Mozambique, para que realmente constituya un instrumento para democratizar el acceso a una educación de calidad en el país.

Palabras clave: Perfil del estudiante. Educación a distancia. Mozambique.

1 Introdução

Quando Moçambique se tornou independente, em 1975, a rede de educação escolar era extremamente desigual. As instituições de ensino localizadas nas capitais reuniam melhores condições, em detrimento das instituições nas regiões rurais. A porcentagem de analfabetos era de 90% (Mombassa; Arruda, 2018), e a proporção de mulheres escolarizadas era insignificante em comparação com a dos homens. Com a intenção de melhorar as condições de vida da população, iniciou-se a reestruturação do sistema educacional herdado do regime colonial. A partir dessas e de outras iniciativas, o ensino profissional, secundário e superior tornaram-se mais acessíveis aos cidadãos.

Estudo desenvolvido por Gómez (1993) revela as conquistas e desafios enfrentados pela população moçambicana no final dos anos 70 e início dos anos 80. De acordo com o autor, o ensino profissional cresceu de 33,9% em 1975 para 42,5% em 1980, 43,9% em 1985 e 44,0% em 1986. No ensino secundário, a presença de alunas representava, em 1988, praticamente um terço do total de estudantes. O mesmo, no entanto, não se verificava no ensino pré-universitário e na formação de professores. De 42,7% de alunas no ensino pré-universitário em 1975, houve uma queda para cerca de 26% em 1985/86. A presença feminina nos Centros de Formação de Professores não ultrapassava 19%. Comparando esses dados com a situação atual da educação no país, observa-se que houve um crescimento nas políticas de expansão e acesso aos diferentes subsistemas de ensino, embora as desigualdades entre mulheres e homens em relação ao acesso à educação escolar ainda prevaleçam.

Por exemplo, o Censo de 2017 indica que as mulheres constituem a maior parte da população moçambicana, mas muitas enfrentam dificuldades para frequentar o ensino formal. A taxa de analfabetismo entre as mulheres, de acordo com o referido censo, foi de 49,45%, enquanto a dos homens foi de 27,2%. A taxa de analfabetismo por sexo, considerando a área de residência, foi de 62,4% para as mulheres e 36,7% para os homens. Além disso, apenas 5,3% das mulheres tinham acesso à internet, 3,1% ao computador; 39,1% das mulheres haviam concluído o ensino superior, em contraste com 60,9% dos homens; e apenas 2,2% e 0,3% das mulheres nas áreas urbanas e rurais, respectivamente, haviam contraído crédito em uma instituição financeira. Ademais, o Plano Estratégico de Educação (2020-2029) mostra que a maioria dos professores e gestores públicos moçambicanos não possui as competências necessárias para ensinar e gerir as unidades de ensino primário até o secundário.

Essas proposições indicam que os desafios da educação escolar em Moçambique são enormes e não podem ser solucionados sem uma agenda clara, embora haja esforços no sentido de reduzir as desigualdades de oportunidade entre

homens e mulheres em quase todos os subsistemas de ensino no país. Evidentemente, isso não se dará apenas com a abertura de mais cursos presenciais e híbridos, mas também por meio de cursos a distância. Considerando que o capital humano e o aumento da produtividade dependem significativamente do investimento no setor educacional (Moçambique, 2006) e que o conhecimento socioeconômico da população estudantil é uma prerrogativa para a melhoria e operacionalização das políticas públicas setoriais, os gestores públicos são chamados a incluir essas questões nas propostas administrativo-pedagógicas. Caso contrário, será difícil alcançar uma educação escolar que atenda às características dos estudantes que frequentam a Educação a Distância (EaD).

Dessa forma, o presente estudo foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento, análise e reflexão sobre os pressupostos teóricos da EaD, e tem como objetivo refletir sobre o perfil do estudante de EaD e sua relação com as instituições que oferecem cursos a distância. Pretende-se, com este artigo, contribuir para o sucesso das organizações moçambicanas que oferecem cursos a distância e, sobretudo, alertar os idealizadores e implementadores de políticas públicas sobre a importância de estruturar tais organizações em função das características específicas dessa modalidade. Nos últimos anos, tanto em Moçambique quanto em outros países, a EaD tem sido introduzida em muitas instituições sem a devida observância dos padrões nacionais de qualidade e sem uma agenda clara para as populações vulneráveis, o que acaba desvirtuando os objetivos da educação escolar.

2 O perfil do estudante de educação a distância: por que estudá-lo?

Estudos sobre o perfil do estudante não começaram no presente século XXI. As perspectivas teóricas apresentadas na obra de Carl Jung (1959) e no relatório de Colman et al. (1966) podem ser consideradas como uma das referências para a compreensão das variáveis que interferem no desempenho do estudante, ou para a construção teórica da relação entre diferentes subsistemas que compõem as unidades orgânicas que oferecem cursos a distância.

Para o psicólogo Carl Jung, o estudante introvertido (que não é considerado tímido) revela uma capacidade maior de análise e planejamento, enquanto o estudante extrovertido tem uma capacidade de resposta mais rápida ao ambiente. Já para Colman et al. (1966) e Janck et al. (1972 apud Brooke e Soares, 2008), os fatores intraescolares não apresentam impacto significativo na eficácia da aprendizagem se o contexto social dos estudantes não for levado em consideração, pois características demográficas, socioeconômicas e outras que os estudantes possuem estão intimamente ligadas ao seu sucesso (Stotër et al., 2014).

Uma das recomendações para a implantação de um curso a distância envolve, de maneira crucial, a compreensão e utilização dessas questões, além do entendimento de como elas interferem no desempenho dos estudantes. No entanto, muitos profissionais não demonstram interesse em compreender tais informações. Outros, ainda, sequer têm conhecimento sobre essas variáveis e sobre o quanto elas podem contribuir para a compreensão do desempenho dos estudantes ou da própria instituição.

O contexto sociodemográfico e econômico do estudante é de extrema importância para planejar a oferta de um curso a distância. Isso porque, primeiramente, a partir dessas categorias, é possível compreender a distribuição espacial da população entre estados, regiões demográficas, localizações ou outras subdivisões que possam expressar a dinâmica geográfica (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 2013). Em segundo lugar, essas informações revelam, entre outros dados, a renda familiar do estudante, o número de membros da família (Ponte, 2012) e até mesmo as dificuldades enfrentadas pelo estudante ao frequentar um curso a distância.

Curiosamente, embora essas informações sejam teoricamente "fáceis" de mapear, elas raramente são utilizadas ou promovidas pelas instituições. Como consequência, diversos aspectos organizacionais, como o atraso na liberação de verbas para custear despesas relacionadas à educação a distância, a não divulgação dos resultados dos exames em tempo hábil, a tomada de decisões sem embasamento em evidências, o descumprimento do cronograma de aulas, a incapacidade de interpretar e aplicar regulamentos e o desconhecimento das atribuições de cada participante na gestão do modelo (Mombassa, 2020) são questões que, de alguma forma, prejudicam a implementação de vários projetos de EaD. Isso ocorre porque, para alguns profissionais, a compreensão da gestão do modelo ainda constitui um enorme desafio.

Na concepção de Peters (2006),

a exigência de adequação dos estudos às necessidades específicas dos estudantes tem um poder explosivo incomum numa universidade, porque é rejeitada de antemão pela maioria dos gestores e docentes. Essa atitude muitas vezes está relacionada à socialização acadêmica em universidades ou instituições de ensino presencial. Aliás, as condições sociais específicas prévias dos estudantes são uma condição importante da educação acadêmica, que não se deve negligenciar nem ignorar na planificação, no desenvolvimento e na avaliação (Peters, 2009, p. 39).

Aqui, destaca-se a importância de esclarecer que a continuidade de um curso a distância não depende apenas do conhecimento sobre a situação econômica ou sociodemográfica do estudante, mas também do entendimento das principais variáveis que contribuem para sua permanência ou desistência em determinado curso. É necessário conhecer como essas variáveis se relacionam entre si para compreender os reais motivos que justificam a continuidade ou não do estudante no curso.

As informações sobre o tipo de estrutura organizacional e sobre o funcionamento de uma instituição também são consideradas fatores determinantes para a escolha de uma instituição em detrimento de outra. Inúmeros estudos indicam essa questão e revelam que muitos estudantes se inscrevem em um curso sem saber, muitas vezes, como ele funciona. À medida que o tempo passa, eles acabam enfrentando dificuldades (Moçambique, 2014).

Essas dificuldades, se não forem solucionadas, podem comprometer o aprendizado do estudante, levando até à desistência do curso ou, até mesmo, à não recomendação da modalidade a outras pessoas que eventualmente queiram

frequentar um curso a distância. Por isso, uma EaD responsável só é possível quando os atores envolvidos na modalidade conhecem e consideram a realidade dos estudantes (Mombassa; Arruda, 2018), além de compreenderem de que maneira essa realidade dialoga com outros segmentos da sociedade moçambicana. Em outras palavras, os gestores públicos devem compreender os indicadores educacionais para terem a capacidade de monitorar seu trabalho e as atividades dos estudantes. Esses indicadores podem estar relacionados ao contexto sociodemográfico, condições de oferta, acesso e participação, desempenho escolar, e financiamento e investimento em educação. Portanto, quanto maior for a produção, disseminação e utilização das informações relacionadas a esses indicadores na EaD, acredita-se que haverá maiores chances de a instituição oferecer serviços que atendam às necessidades dos estudantes e dos demais envolvidos na modalidade.

É por esse motivo que o conhecimento sobre o perfil do estudante de EaD deve ser encarado como uma condição indispensável para o aperfeiçoamento das unidades acadêmicas que oferecem cursos a distância. A seguir, são apresentadas as dimensões políticas da EaD e suas características principais.

3 As dimensões políticas da educação a distância e suas principais peculiaridades

A Declaração dos Direitos Humanos, promulgada em 1945, no artigo 26, destaca que toda pessoa tem direito à educação. O acesso a diversos níveis de ensino deve ser igual para todos, visando reduzir a vulnerabilidade social dos jovens de meios desfavorecidos e romper o ciclo de pobreza e exclusão (Delors et al., 1998). Desde então, o direito à educação é amplamente reconhecido e desenvolvido por instrumentos normativos internacionais, que criam obrigações vinculantes para os Estados, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Convenção da UNESCO contra a Discriminação na Educação (Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência, 2022).

No Brasil, a Constituição Federal é o principal documento normativo que orienta as práticas educativas. O artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além dos documentos citados, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecem normas para a organização e funcionamento da educação em todas as modalidades, incluindo a Educação a Distância.

O direito à educação foi impulsionado por transformações globais, especialmente no pós-guerra, quando os governos expandiram o acesso à educação, às tecnologias e à EaD. No Brasil, esse propósito ganhou maior força a partir da década de 1990, com a regulamentação da educação a distância pelo Ministério da Educação e a expansão do ensino superior por meio dessa modalidade.

Nos últimos anos, houve mudanças significativas no acesso ao ensino superior no Brasil, com a ampliação das ofertas de EaD. Em 2020, cerca de 50% das

matrículas em cursos superiores foram realizadas em EaD, demonstrando o papel crescente dessa modalidade na democratização da educação. A expansão da EaD também acompanha o movimento das universidades abertas em vários países, buscando desconstruir a elitização da educação e proporcionar maior inclusão social e justiça educacional (Stöter et al., 2014).

A construção de uma unidade de EaD de qualidade requer políticas articuladas e um diálogo com a realidade do país. Conhecer o perfil socioeconômico do estudante e seus motivos para optar pela EaD é essencial para fortalecer o sistema. Mombassa e Arruda (2018) defendem que essa compreensão é vital para uma gestão acadêmica eficaz.

Além das regulamentações legais e normativas, as políticas educacionais no Brasil precisam se alinhar às necessidades reais dos estudantes e às condições socioeconômicas do país. A EaD surge como uma solução para muitos desafios, oferecendo flexibilidade e acesso a estudantes que, de outra forma, seriam excluídos do sistema educacional tradicional. Entretanto, a implementação eficaz da EaD depende de diversos fatores, como infraestrutura tecnológica, qualificação dos docentes e adaptação do currículo às realidades locais.

A EaD deve ser vista não apenas como uma modalidade de ensino, mas como uma oportunidade de inclusão e equidade. As instituições educacionais precisam entender as barreiras enfrentadas pelos estudantes, como a falta de acesso à internet, a escassez de recursos tecnológicos e as dificuldades econômicas. Dados recentes indicam que uma parcela significativa dos estudantes brasileiros, especialmente nas regiões mais remotas, ainda enfrenta dificuldades para acessar as tecnologias necessárias para a Educação a Distância.

Além disso, a formação de professores e tutores para a EaD é crucial. Eles precisam estar preparados para lidar com as particularidades da Educação a Distância, que incluem a comunicação virtual, o uso de plataformas digitais e a adaptação de métodos pedagógicos para o ambiente online. A qualidade da EaD depende, em grande parte, da capacidade dos educadores de engajar e apoiar os estudantes, mesmo à distância.

Os desafios administrativos e financeiros também são significativos. As instituições de ensino precisam garantir que os recursos destinados à EaD sejam bem geridos e que haja transparência nas ações. A falta de investimentos adequados em infraestrutura e tecnologia pode comprometer a eficácia da EaD. É fundamental que as políticas públicas priorizem a educação e assegurem que as instituições tenham os meios necessários para oferecer um ensino de qualidade.

O crescimento da EaD deve ser acompanhado de políticas inclusivas que considerem a diversidade dos estudantes. É necessário desenvolver programas específicos para grupos vulneráveis, como estudantes com necessidades educativas especiais (NEE) e aqueles de regiões rurais e remotas. A inclusão desses grupos na EaD requer adaptações no currículo, materiais de apoio adequados e uma rede de suporte eficiente.

A implementação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente educativo é outro aspecto crítico. As TIC não apenas facilitam o acesso ao conhecimento, mas também promovem a interatividade e a colaboração entre estudantes e professores. No entanto, a introdução de novas tecnologias deve ser

feita de maneira estratégica, garantindo que todos os envolvidos estejam capacitados para utilizá-las efetivamente.

A expansão do ensino a distância e a introdução de novas tecnologias também demandam uma visão clara e um planejamento cuidadoso. As instituições devem desenvolver planos de desenvolvimento institucional que considerem as necessidades dos estudantes e as condições locais. Esses planos devem incluir a modernização das infraestruturas, a capacitação contínua dos docentes e a implementação de políticas de inclusão.

A participação ativa dos estudantes, suas famílias e a comunidade é fundamental para o sucesso da EaD. É importante criar canais de comunicação eficazes e promover a participação de todos os atores envolvidos no processo educativo. A construção de uma comunidade de aprendizagem forte e inclusiva pode ajudar a superar muitos dos desafios associados à EaD.

A análise dos desafios enfrentados pela EaD no Brasil revela a necessidade de uma abordagem holística e integrada. As políticas educacionais devem ser coerentes e coordenadas, visando não apenas a expansão do acesso, mas também a garantia de qualidade e equidade na educação. A experiência de outros países pode servir de referência, mas as soluções devem ser adaptadas às realidades específicas do Brasil.

Em conclusão, a educação a distância no Brasil representa uma oportunidade significativa para democratizar o acesso ao ensino e promover a inclusão social. No entanto, para que a EaD alcance seu pleno potencial, é necessário um compromisso contínuo com a qualidade, a equidade e a inovação. As instituições educacionais, os gestores públicos, os docentes e os estudantes devem trabalhar juntos para construir um sistema de EaD robusto e inclusivo, capaz de atender às necessidades de todos.

Além disso, a sustentabilidade da EaD depende de uma compreensão profunda das dimensões políticas, econômicas e sociais que influenciam a educação no país. É fundamental que as políticas educacionais sejam baseadas em evidências e que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e realistas. A coleta e análise de dados sobre o perfil dos estudantes, suas necessidades e desafios são essenciais para a formulação de políticas eficazes.

A Educação a Distância tem o potencial de transformar vidas e comunidades, oferecendo oportunidades de aprendizado que de outra forma seriam inacessíveis. No entanto, para que essa transformação ocorra, é necessário um compromisso coletivo com a melhoria contínua e a inovação. As instituições devem estar dispostas a experimentar novas abordagens, aprender com os erros e se adaptar às mudanças nas necessidades dos estudantes e da sociedade.

A sustentabilidade e o sucesso da EaD no Brasil dependem de uma visão compartilhada e de um esforço coordenado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades. A educação é um direito humano fundamental e uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento social e econômico. Investir na EaD é investir no futuro do Brasil e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, a implementação de uma unidade de EaD que preze pela qualidade, conforme afirmado anteriormente, não pode ocorrer com políticas

desarticuladas, tampouco sem um diálogo com o passado ou sem uma visão clara sobre onde se quer chegar. É preciso conhecer a realidade do país para, a partir de aí propor inovações que se ajustem às necessidades dos estudantes. A compreensão da origem social dos estudantes – como desenvolvem suas habilidades, quais são os motivos que os levam a optar por essa modalidade de ensino – é um dos elementos indispensáveis para fortalecer um sistema de EaD de qualidade.

4 Desafios na implementação da educação a distância em Moçambique

As instituições de Educação a Distância que não modernizarem seus serviços correm o risco de desaparecer ou podem perder sua reputação, tornando-se irrelevantes. Querendo ou não, hoje as tecnologias e a EaD estão presentes em nossas vidas, e a urgência de estruturar os processos administrativos e pedagógicos com base no perfil do estudante constitui um dos principais desafios para instituições comprometidas com a democratização e a qualidade do ensino e aprendizagem.

Ao analisarmos a literatura que descreve as características das escolas nas décadas de 1970 e 1980, constatamos que a maioria das instituições não possuía uma visão integrada. Não havia interesse em conhecer os valores, símbolos, tradições, ideias, costumes e práticas dos estudantes. Estes eram vistos simplesmente como indivíduos passivos, desprovidos de conhecimentos que pudessem ser úteis à escola. A instituição definia quase tudo o que deveria ser feito pelos estudantes, sem abrir espaço para que a comunidade, os pais e responsáveis participassem da construção de uma educação que incorporasse seus valores culturais e sociais.

Enquanto nos países centrais o processo de democratização da escola estava bastante avançado, Lima (2013) sublinha que, para o contexto do Brasil e de outros países, “o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 será turbulento e, nesse período, ocorrerão inúmeras modificações na economia, na política, na sociedade e na cultura. Velhos padrões serão questionados e uma nova forma de convivência social, ou um novo pacto social, começará a ser lentamente construído”

Esse ponto de vista de Lima pode ser reforçado pelas mudanças que ocorreram no final da década de 1980 (por exemplo, a queda do muro de Berlim), quando muitos países passaram a reconhecer a importância de incorporar os valores culturais dos estudantes como forma de fortalecer o verdadeiro significado da missão da escola: educar integralmente o indivíduo, respeitando sua identidade cultural. A partir de então, muitos países começaram a promover reformas curriculares com o intuito de responder aos problemas enfrentados pela sociedade. O objetivo das instituições de ensino deixou de ser o distanciamento da identidade cultural dos estudantes e passou a incentivá-los a participar ativamente nas decisões da escola, além de tomarem iniciativas para construir uma escola mais justa.

Uma das iniciativas mais marcantes que as instituições de ensino incorporaram em sua gestão, além da construção de currículos voltados para o contexto do estudante, foi a introdução de serviços de apoio. Esses serviços, independentemente de sua magnitude, foram e continuam a ser uma das maiores

inovações proporcionadas aos estabelecimentos de ensino, pois passaram a dar suporte aos estudantes e outros atores envolvidos no processo de aprendizagem, como pais, responsáveis e a comunidade.

Pinto e Colares (2015, p. 277) afirmam que, durante a formação acadêmica, os estudantes podem recorrer a esses serviços, cuja função é apoiar seu desenvolvimento, oferecendo acolhimento às questões emergentes em cada etapa da formação. Além disso, a criação de centros de recursos, de acordo com Nóvoa (1992), visa evoluir o estabelecimento de ensino tradicional, privilegiando, pelo acesso à informação e às linguagens diversificadas, o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem, como a autonomia e a pesquisa.

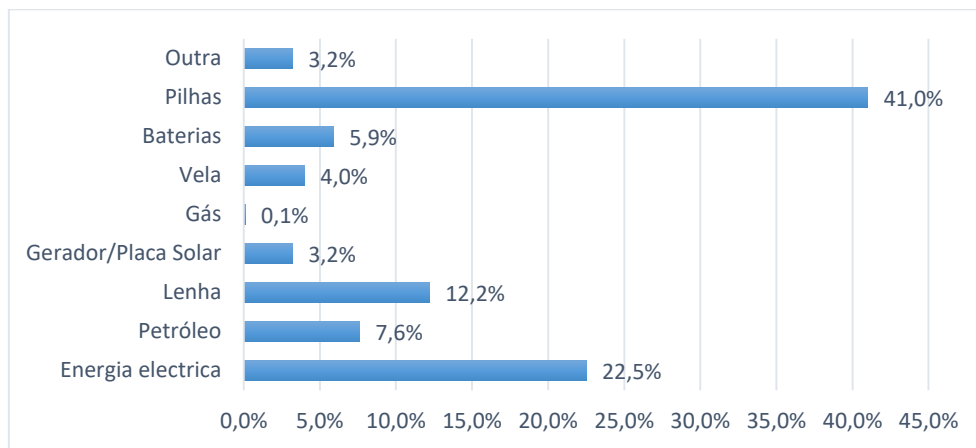
Embora essa seja uma estratégia cada vez mais exigida pela sociedade, muitos gestores pouco fazem para garantir que os serviços de apoio tenham uma importância fundamental na tarefa de auxiliar a aprendizagem dos estudantes (Pinto e Colares, 2015). Isso ocorre muitas vezes não por falta de conhecimento, mas pela incapacidade das instituições de desenvolver e implementar políticas públicas que protejam a diversidade cultural dos estudantes (Mombassa, 2020).

Portanto, a corrida pela oferta de cursos a distância em países periféricos, sem levar em conta a diversidade cultural e social, tem prejudicado um número significativo de estudantes moçambicanos. Esse problema se agrava com a expansão da Educação a Distância online, já que muitos estudantes que poderiam se beneficiar do acesso ao e-learning não têm condições de arcar com os custos a ele associados (Unwin et al., 2010). A maioria das crianças moçambicanas, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (2020), não têm acesso a canais básicos de informação, o que torna a transição para a EaD extremamente difícil. Como resultado, essas crianças, por não terem a oportunidade de conhecer e utilizar recursos de aprendizagem apropriados, enfrentam enormes dificuldades na fase adulta (por exemplo, a incapacidade de usar tecnologias digitais, já que muitos não possuem computador para aprimorar suas habilidades, seja na escola ou em casa; além de muitas escolas não promoverem o uso de tecnologias contemporâneas no processo de ensino e aprendizagem).

Somente para levantar alguns dados, 74% dos estudantes vivem sem eletricidade, e apenas 2% têm acesso à internet, 35% ao rádio e 22% à televisão. O acesso à informação é ainda mais limitado para estudantes das zonas rurais (UNICEF, 2020). Além disso, algumas pesquisas indicam que, no país, a internet é relativamente limitada, com uma taxa de penetração estimada em cerca de 20%. Isso se deve, em grande parte, à falta de infraestrutura e aos altos custos, que dificultam o acesso à internet para muitas pessoas. Ademais, a qualidade dos serviços de internet é frequentemente fraca, com velocidades lentas e interrupções frequentes (Nzila, 2023).

Ainda no que diz respeito às condições para a oferta de cursos, o gráfico abaixo (Gráfico 1) mostra que apenas 22,2% dos moçambicanos têm acesso à energia elétrica, enquanto 44% usam pilhas como fonte de energia. Portanto, 77,2% dos moçambicanos não utilizam eletricidade como fonte de iluminação. Esses dados ilustram mais uma vez os desafios enfrentados pelas instituições que promovem a EaD e a necessidade urgente de que políticas de inclusão sejam elaboradas e implementadas por essas instituições.

Gráfico 1: Percentual de Energia para Iluminação na República de Moçambique



Fonte: Censo 2017, Moçambique.

Apesar desse cenário, os documentos normativos que orientam a implementação de cursos a distância em Moçambique, como a Política de Educação, a Lei 18/2018, de 28 de dezembro, e o Decreto nº 35, de 7 de julho de 2009, defendem o acesso à educação como direito e dever do cidadão. No entanto, a introdução da EaD nas instituições universitárias e até mesmo secundárias não tem sido planejada para atender adequadamente as populações com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Muitos projetos de EaD não incluem, ou não estão em condições de atender, este perfil de estudante. Alguns estudos indicam que há mais de 1.700 estudantes com Necessidades Educativas Especiais em Lichinga, o que representa um crescimento de 12,6% em todos os subsistemas de ensino, em comparação com o mesmo período do ano anterior (2022). E, das 600 escolas existentes, apenas uma possui condições para atender estudantes especiais. Além disso, aproximadamente 2,7% da população moçambicana tem algum tipo de deficiência, e existem apenas 76.843 matrículas de meninas e meninos (de 5 a 24 anos) com deficiência no sistema educativo (Moçambique, 2021; Matende, 2022).

Estima-se, ainda, que duas em cada três crianças com deficiência estejam fora da escola (Moçambique, 2021). Assim, se a EaD está sendo implementada para reduzir as assimetrias regionais, até que ponto ela está sendo configurada para atender à diversidade cultural do povo moçambicano? Será que estamos construindo uma EaD online para todos ou apenas para poucos? As instituições que oferecem cursos a distância precisam refletir sobre essas questões, participando ativamente no atendimento desses estudantes e começando a definir estratégias coerentes para que, no futuro, esses alunos ingressem no ensino superior e tenham a oportunidade de estudar, independentemente de sua origem social. Para Stöter et al. (2014), estar bem informado sobre os múltiplos perfis, características e necessidades desse corpo discente diversificado é um pré-requisito para projetar sistemas de suporte adequados, como temos destacado ao longo deste estudo.

Aspectos como bolsas de estudo para estudantes de EaD, carga horária e os critérios de avaliação dos docentes e tutores nessa modalidade de educação também representam desafios para as instituições moçambicanas. Existe uma cultura de avaliação que privilegia o número de acessos dos profissionais à plataforma em detrimento da qualidade do trabalho docente. Portanto, entender a relação entre o perfil dos estudantes e as dimensões políticas da EaD para responder eficazmente a esses desafios constitui uma das principais tarefas dos gestores públicos.

5 Considerações finais

O cidadão comprometido com o bem-estar das pessoas certamente deseja um mundo melhor. E esse mundo melhor só será possível com uma educação de qualidade para todos. Afinal, a educação é um instrumento indispensável para a consolidação do patrimônio da humanidade. Quando educamos nossos filhos, alunos, pais, responsáveis e até mesmo nossa comunidade, os benefícios são amplos. Há maiores chances de vivermos em um ambiente de paz e harmonia e de construirmos um mundo mais justo e próspero.

Neste século XXI, as instituições de Educação a Distância que não demonstrarem esse comprometimento poderão comprometer sua própria existência e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país. A demanda por essa modalidade de educação tem registrado um crescimento significativo nos últimos anos, e muitas instituições têm enfrentado dificuldades para lidar com essa demanda, não apenas por causa das inovações tecnológicas, mas também devido à pandemia de Covid-19, que impulsionou a oferta de cursos a distância em quase todas as unidades educacionais do país.

O objetivo deste artigo foi refletir sobre a EaD e sua relação com o perfil do estudante. A partir das reflexões realizadas, percebemos que os gestores de EaD devem entender que, nesta modalidade, o perfil do estudante moçambicano é de extrema importância para que se possa oferecer uma educação de qualidade a distância. Esse perfil também é um alicerce para a definição de políticas de expansão e de acesso à educação.

Ao analisarmos as dimensões políticas do sistema de EaD, percebemos a importância de entendê-las de forma sistêmica. Muitas instituições que promovem essa modalidade não observam rigorosamente as questões de legalidade e propriedade intelectual. Além disso, muitas delas não possuem programas eficazes para a detecção de plágio acadêmico, embora essas questões estejam mencionadas nos Planos de Desenvolvimento Institucional. Assim, é crucial estabelecer políticas claras sobre direitos autorais e uso justo de conteúdo, além de responsabilização pelo uso inadequado da propriedade intelectual.

Para as instituições de EaD que desejam se tornar centros de excelência, acreditamos que, em primeiro lugar, não devem temer reformar e atualizar seus serviços, especialmente aquelas que oferecem cursos a distância, conhecidos como instituições "dual mode" ou "mix-mode". Além disso, acreditamos que um modelo centralizado de EaD é mais adequado para o contexto moçambicano, pois reduz a duplicação de esforços.

Em segundo lugar, os gestores devem ser mais transparentes em suas ações. Há casos em que se promete demais, sem que existam recursos suficientes para atender à demanda dessa modalidade de ensino. Além disso, muitas instituições acreditam que ter tecnologias sofisticadas garante a qualidade dos serviços de EaD. Contudo, essa não é a solução definitiva para o sucesso da modalidade. É necessário investir na implementação de políticas de formação e capacitação de gestores e professores, para que possam trabalhar com as tecnologias e lidar de maneira eficiente com o processo de aprendizagem dos estudantes.

É fundamental também compreender que o compromisso com a oferta de cursos a distância pressupõe disciplina e a capacidade de preservar a diversidade cultural dos estudantes. Nossos desenvolvedores de tecnologia devem começar a pensar no desenvolvimento de aplicativos voltados para as línguas maternas bantu, para que os estudantes moçambicanos do Ensino Básico e Secundário se sintam plenamente integrados.

A Educação a Distância, em tempos de tecnologias interativas ubíquas, que permeiam todas as sociedades contemporâneas em diferentes escalas, já se mostrou um valioso recurso para a democratização do acesso à educação de qualidade em diversos países e situações. Sua presença pode ser estratégica para o desenvolvimento humano em países que buscam melhores condições de vida para seus cidadãos. No entanto, a EaD só será uma alternativa educacional relevante se considerar seu elemento mais importante: o aluno. O estudante deve ser o ponto central no planejamento e organização de cada curso na modalidade, de forma que os cursos sejam concebidos com menos características industriais ou padronizadas e mais adequados e adaptados às necessidades de seu público real. Somente assim será possível a plena participação da EaD nos processos de transformação de nossa sociedade.

Referências

- BROOKE, Nigel.; SOARES, José Francisco. **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- Coleman, J. S.; Campbell, E.Q.; Hobson, C. J.; McPartland, J.; Mood, A.M.; Weinfeld, F.D.; York, R.L. (1966). **Equality of educational opportunity**. U.S. Government Printing Office Washington. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED012275.pdf>. Acesso: 29 nov. 2024.
- DELORS, Jaques et al. **Educação: um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. (J. C. Eufrázio, Trad.). Cortez Editora, 1998. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf. Acesso em: 24 abr. 2023.
- GÓMEZ, M. B. **Educação moçambicana: história de um processo (1962-1984)**. Maputo: Livraria Universitária, 1999.
- LIMA, D. Democratização do Ensino e Nova Realidade Docente. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais [...]**, 2013. Disponível em: Acesso em: 20 maio 2023.
- MATENDE, Conceição. Crianças com necessidades especiais sem acesso à escola. **DW Global Media Forum**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/crian%C3%A7as-com->

[necessidades-especiais-no-niassa-sem-acesso-%C3%A0-escola/a-60310975](#). Acesso em: 24 abr. 2023.

MOÇAMBIQUE. **Lançamento da Estratégias da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência 2020-2029**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/mozambique/comunicados-de-imprensa/lan%C3%A7amento-da-estrat%C3%A9gia-da-educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-e-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MOÇAMBIQUE. Diploma Ministerial n. 49/2006: Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Educação a Distância. **Boletim da República de Moçambique**, 16 set. [I série, n. 111].

MOÇAMBIQUE. Instituto de Educação Aberta e à distância. **Aproveitamento Pedagógico do Programa de Ensino a Distância 1 e 2**. Maputo, 2022.

MOMBASSA, Aires Zarina Bonifácio.; ARRUDA, Eucídio Pimenta. História da educação a distância em Moçambique: perspectivas atuais e as contribuições do Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/11014>. Acesso em: 24 abr. 2023.

MOMBASSA, Aires Zarina Bonifácio. **Organização e gestão da educação a distância em moçambique: uma análise a partir do perfil do estudante**. 2020. [Tese de Doutorado em Educação, UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório da UFMG. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34701>. Acesso em: 24 mar. 2023.

NÓVOA, António. **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Editora Dom Quixote, Lda, 1992.

NZILA. **Moçambique é o 5º país com a internet mais barata**. Disponível em: <https://ndzila.co.mz/mocambique-e-o-quinto-pais-da-sadc-com-internet-mais-barata/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PINTO, M. P. P.; COLARES, M. F. A. O estudante universitário: os desafios de uma educação integral. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 48, n. 3, p. 273-81, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/rmrp/article/view/104320/102968>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

PONTES, L. A. F. Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação. In: **Avaliação e Indicadores Educacionais e Políticas Públicas e Legislação em Educação Profissional**.v.1, Juiz de Fora: CAED, 2012. p. 11-31.

STÖTER, Joachim.; BULLEN, Mark.; ZAWACKI-RICHTER, Olaf. From the back door into the mainstream: the characteristics of lifelong learners. In: ZAWACK-RICHTER, Olaf.; ANDERSON, Terry. (Ed.). **Online distance education: towards a research agenda**. Athabasca: AU Press, pp. 421-457, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Indicadores educacionais, suas classes e sua relevância**. Juiz de Fora: Editora: CAED, 2013.

UNWIN, T. et al. Digital Learning management systems in Africa: myths and realities. **Open Learning**, v. 25, 2010. Disponível em: <https://www.ejmste.com/download/a-decade-of-lms-acceptance-and-adoption-research-in-sub-sahara-african-higher-education-a-systematic-5115.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Informações complementares

Financiamento

Não se aplica.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Aires Zarina Bonifácio Mombassa; Eliane Medeiros Borges

Coleta de dados: Aires Zarina Bonifácio Mombassa

Análise de dados: Aires Zarina Bonifácio Mombassa

Discussão dos resultados: Aires Zarina Bonifácio Mombassa; Eliane Medeiros Borges

Revisão e aprovação: Eliane Medeiros Borges

Preprint, originalidade e ineditismo

O artigo é original, inédito e não foi depositado como *preprint*.

Verificação de similaridades

O artigo foi submetido ao iThenticate, em 24 de julho de 2024, e obteve um índice de similaridade compatível com a política antiplágio da revista Pesquisa e Debate em Educação.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesse

Não há conflitos de interesse.

Conjunto de dados de pesquisa

Não há dados disponibilizados.

Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA)

Este artigo não contou com auxílio de ferramentas de inteligência artificial (IA) para redação de nenhuma das seções.

Licença de uso

Os autores cedem à Revista Pesquisa e Debate em Educação os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution \(CC BY\) 4.0 International](#). Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma

tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Faculdade de Educação (FACED), Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP). Publicação no Portal de Periódicos da UFJF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor

Frederico Braida

Formato de avaliação por pares

Revisão duplamente cega (*Double blind peer review*).

Sobre os autores

Aires Zarina Bonifácio Mombassa

Graduado em Administração e Gestão da Educação pela Universidade de Maputo (UPM). Mestre em Gestão e Avaliação da Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Organização e Gestão da Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Eduardo Mondlane.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5544037476264395>

Eliane Medeiros Borges

Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. Mestre em Multimeios pela UNICAMP. Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora Titular do Departamento de Educação da Faculdade de Educação da UFJF. Coordenadora da Universidade Aberta do Brasil (UAB) na UFJF. Coordenadora do PPGP/CAED/UFJF.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3647402438436233>